

.A. I. Nº - 269139.0024/02-6
AUTUADO - LUIS HENRIQUE PRAZERES COSTA
AUTUANTE - JOSE ELMANO TAVARES LINS
ORIGEM - INFAZ SANTO ANTONIO DE JESUS
INTERNET - 31.01.03

1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0006/01-03

EMENTA. ICMS. ENTRADA DE MERCADORIA. FALTA DE CONTABILIZAÇÃO PRESUNÇÃO LEGAL DE OMISSÃO DE SAÍDA DE MERCADORIAS TRIBUTÁVEIS. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. Constitui-se em presunção legal de omissão de saída de mercadorias tributáveis a não contabilização dos pagamentos das mercadorias adquiridas. Documentos fiscais colhidos nos Postos Fiscais, através do CFAMT. Confirmada parcialmente a infração. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 13/11/02, exige imposto no valor de R\$ 2.703,68, por omissão de saída de mercadorias tributáveis, apurada através de entradas de mercadorias não contabilizadas. Diversas notas fiscais retidas nos Postos Fiscais da SEFAZ (CFAMT) e não registradas pelo contribuinte, nem apresentadas à fiscalização, no período de fevereiro/99 a junho/2000.

O autuado, à fl. 71, apresentou defesa alegando que as notas fiscais de nºs 0001243, 031953 e 278942, conforme CFAMT, foram incluídas indevidamente, pelo autuante, já que as mesmas estão arroladas na DME.

Concluiu, requerendo a exclusão dos valores de R\$ 271,61, R\$ 145,16 e R\$ 21,33, nos meses de março/99, junho/99 e outubro/99, no total de R\$438,10. Reconheceu devida a parte remanescente e solicitou pagamento, no valor de R\$2.265,58 (fls. 63 e 64), considerando os benefícios da Lei nº 8.359/02, anexando, ao processo, cópia xerográfica do DAE de recolhimento, em 29/11/02, à fl. 80.

O autuante, à fl. 83, informou ser procedente a alegação do autuado, mantendo parcialmente a infração.

VOTO

Analisando as peças que compõem o presente processo, verifica-se que o fisco identificou a falta de escrituração de notas fiscais de entradas de mercadorias, cujos documentos, 3ªs vias (vias originais pertencentes ao Fisco de destino), foram colhidos pela Fiscalização deste Estado, nos Postos Fiscais de Trânsito, através da Gerência de Trânsito – CFAMT, além das vias se encontram anexadas ao PAF, às fls. 16 a 60.

Na presente situação, não está sendo exigido imposto relativo às mercadorias adquiridas que foram identificadas sem a devida contabilização, e sim, com base na presunção legal de que o sujeito passivo obteve recursos de vendas de mercadorias realizadas anteriormente, sem a emissão de documentação fiscal e, com tais recursos efetuou o pagamento das compras de mercadorias não lançadas. Tal situação tem como previsão legal o disposto no §4º do art. 4º, da Lei 7.014/96, conforme abaixo transcrito.

Art.4º. Considera-se ocorrido o fato gerador do imposto no momento:

§4º - O fato de a escrituração indicar saldo credor de caixa, suprimentos a caixa não comprovados ou manutenção, no passivo, de obrigações já pagas ou inexistentes, bem como a ocorrência de entradas de mercadorias não contabilizadas, autorizam a presunção de omissão de saídas de mercadorias tributáveis sem pagamento do imposto,ressalvada ao contribuinte a prova da improcedência da presunção.

O sujeito passivo, em sua impugnação, comprovou descaber a exigência do imposto em relação aos documentos fiscais de n°s 0001243, 031953 e 278942, correspondentes aos meses de março/99, junho/99 e outubro/99, respectivamente, no valor total de R\$438,10. Reconheceu devido o saldo remanescente.

Desta maneira, o valor do imposto a ser exigido na presente autuação é de R\$ 2.265,58, conforme demonstrativo abaixo:

Mês/ano	Valor do imposto devido
02/99	169,41
03/99	231,33
04/99	203,28
06/99	194,46
07/99	163,16
08/99	14,21
09/99	81,65
10/99	292,13
11/99	145,22
12/99	217,44
01/00	155,81
02/00	123,08
03/00	139,29
04/00	44,46
05/00	53,39
06/00	37,26
TOTAL	2.265,58

Voto pela PROCEDÊNCIA EM PARTE do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **269139.0024/02-6**, lavrado contra **LUÍS HENRIQUE PRAZERES COSTA**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$ 2.265,58**, atualizado monetariamente, acrescido da multa de 70%, prevista no art. 42, III, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos moratórios.

Sala das Sessões do CONSEF, 27 de janeiro de 2003.

CLARICE ANÍZIA MAXIMO MOREIRA – PRESIDENTE-RELATORA

JOSÉ BEZERRA LIMA IRMÃO – JULGADOR

MÔNICA MARIA ROTERS - JULGADORA